

POLÍTICA

FUNCIONALISMO

Sindicato ‘engrossa’ discurso e promete ‘dar trabalho’ a Ricardo

Entidade fará duas ações coletivas contra retirada de direitos de professores e inicia campanha contra a reforma administrativa

DA REDAÇÃO
redacao@jornalribeirao.com.br

O governo Ricardo Silva (PSD) deve enfrentar uma queda de braço com o Sindicato dos Servidores Municipais. São previstas duas ações civis públicas patrocinadas pela entidade, questionando a diminuição da remuneração de professores e exigindo o pagamento de horas extras para quem trabalhou acima da jornada constitucional. Além disso, o Sindicato promete questionar a reforma administrativa.

A primeira ação busca garantir o pagamento de todas as horas extras referentes ao período em que os docentes foram submetidos a jornadas superiores ao limite constitucional — situação que se prolongou por anos em razão da Lei 2.524/2012, recentemente declarada inconstitucional pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Dessa forma, todas as horas trabalhadas acima da jornada máxima seriam extras.

A segunda ação tem como objetivo impedir que a limitação de jornada fixada pelo Tribunal seja utilizada pelo governo como justificativa para reduzir salários dos professores. O impacto das ações pode chegar a dezenas de milhões de reais.

Valdir Avelino, presidente do Sindicato, explicou que o objetivo é reparar um prejuízo sofrido pelos professores, que cumpriram jornadas acima do limite constitucional sem receber pelas horas excedentes. “Estamos falando de horas extras que deixaram de ser pagas, mesmo quando os docentes eram submetidos a cargas de trabalho de até 58 aulas semanais”.

Sobre a segunda ação, Avelino ressaltou que o objetivo é garantir que a decisão judicial que limitou a jornada não seja usada como pretexto para cortar salários. “Não podemos permitir que professores sejam duplamente penalizados: primeiro com jornadas abusivas e depois com reduções salariais indevidas”.



Valdir Avelino, presidente do Sindicato dos Servidores de Ribeirão

DIREÇÃO QUESTIONA REFORMA ADMINISTRATIVA E DEVE ACIONAR JUSTIÇA

Segundo Valdir Avelino, presidente do Sindicato, o acordo entre a diretoria e o grupo de dissidentes já tem efeito prático imediato. “Sem qualquer divergência procedimental, a categoria se concentra em acompanhar e se mobilizar para a segunda votação da Reforma Administrativa na Câmara”, informou.

Ele informou ainda que o Jurídico da instituição estuda eventual Ação Direta de Inconstitucionalidade caso a lei venha a ser promulgada.

“Isso reforça a disposição de enfrentar, tanto no campo político quanto no jurídico, os impactos da proposta sobre os servidores municipais”, finaliza.

ADMINISTRAÇÃO DEFENDE NOVA LEI E VÊ BENEFÍCIO PARA TODA CATEGORIA

A prefeitura defendeu a reforma. “As aulas extraordinárias não foram criadas com foco em docentes que ultrapassam a jornada de trabalho, mas sim como um instrumento geral, disponível a todos os profissionais da rede de ensino”.

Afirmou também que as novas regras sobre aulas extraordinárias preencheu “um vácuo para os profissionais do magistério”.

Ainda segundo a administração, mesmo os professores que não tiveram suas jornadas de trabalho afetadas podem assumir aulas extraordinárias. “A medida não é exclusiva para aqueles atingidos pela redução de carga horária”.

Sindicato e dissidentes selam a paz

As ações a serem patrocinadas pelo Sindicato devem incluir não apenas os sindicalizados, mas todos os professores atingidos pela decisão judicial.

A instituição atendeu a pedido de um grupo de não sindicalizados que chegou a questionar a legalidade de uma assembleia da entidade quando na aprovação das propostas da data-base da categoria.

“Houve um diálogo, e a entidade acatou o pedido para que as ações fossem

feitas para todos os servidores”, informou o presidente do Sindicato, Valdir Avelino.

A medida foi comemorada pela professora Vanessa Bonagamba, uma das líderes do grupo. “A assembleia ficou para trás. O governo, além de não resolver os problemas antigos, conseguiu criar outros. As ações judiciais que o Sindicato vão cuidar desses problemas, buscando corrigir injustiças e garantir resultados para toda a categoria.”



Paulo Sartre, por Ângelo Lopes - MTb 0097820/SP

SALVAÇÃO DA LAVOURA

O Refis proposto pelo governo Ricardo Silva (PSD) já não é alvo de tantas expectativas. Segundo análise palaciana, a adesão pode superar as previsões entre os municípios que querem sair das listas de proteção ao crédito, cujos parcelamentos podem ultrapassar o mandato do atual governo, chegando a até 40 meses. No caso de grandes contribuintes empresariais, não é momento econômico para pagamentos à vista ou em poucas parcelas.

SEM GRANA

Pastas como Cultura, Esporte e Semas já dão sinais de dificuldades financeiras. Os valores em dotações orçamentárias não são suficientes para cumprir salários, encargos da folha e a 2ª parcela do 13º salário.

CONTINGENCIAMENTO NÃO!

O governo bateu o pé para não editar um decreto de contingenciamento orçamentário nas pastas, congelando gastos. “Emite decreto quem não tem domínio dos gastos da máquina pública. Secretários devem ser enquadrados.”

REFORMA ADMINISTRATIVA

Considerações apontam que a reforma é suficientemente pesada para a Prefeitura e miúda demais para suprir a fila de indicações políticas de vereadores e partidos da base do governo.

NOGUEIRA FRANCO

O ex-prefeito Duarte Nogueira (PSD) postou em uma rede social uma foto no salão do cabeleireiro e vereador Franco Ferro (PP), o que virou assunto da “rádio-edil”. O caso repercutiu mais nos corredores da Câmara do que nas próprias redes sociais. Cada um que comentava trazia uma hipótese diferente, mas a versão que mais colou foi a de um pedido de socorro de Franco a Nogueira em relação a investigações contra o parlamentar no MPE-SP. Outros apontam apostas do ex-prefeito no eleitorado dele em Bonfim Paulista para a eleição de 2026, mas avaliam que ficar ao lado do vereador seria um tiro no pé.

RP MOBI x BK BANK

A exposição das relações contratuais da BK Bank, fintech envolvida diretamente em suspeita de financiamento do PCC na Faria Lima, com a empresa municipal RP Mobi, suscitou muita apreensão no governo. O diretor-superintendente Marcelo Galli passou quase o dia todo na Justiça dando explicações sobre a operação do pátio, que utilizava meio de pagamento e recebimento por um banco digital (fintech) e não pelo sistema convencional. Explicou tudo, mas não convenceu.

DESCREDENCIAMENTO

O descredenciamento imediato foi um ponto definido logo no começo da reunião e acabou sendo oficializado no final da tarde, com publicação no Diário Oficial ainda no dia 01/09. A coluna apurou que a fintech BK Bank chegou a ser inabilitada (Ata 01/23, de 14/02/2023, assinada pelo pregoeiro Roberto Boareto). Contudo, cerca de dez dias depois, o extrato da ata passou a constar que a fintech havia sido habilitada, sem explicações, sem indicação do agente público da Comissão Permanente de Licitação e sem justificativa para a mudança de rumo e parecer. Se cuida, pessoal, que estamos de olho!

PREFEITURA x BK BANK

Não demorou para surgirem informações de que a Prefeitura também contratou a BK Bank para gerenciar créditos do vale-fralda, repassando à fintech o valor de R\$ 3,1 milhões. O banco digital disponibilizou cartões físicos para que os municípios comprassem fraldas em estabelecimentos credenciados pela Prefeitura. O contrato seguiu até meados de fevereiro deste ano e não foi renovado pela Secretaria da Saúde.

E OS PARQUÍMETROS?

Membros do Executivo comentaram, entre eles, sobre a operação de parquímetros da RP Mobi, cujo recebimento não passa pelas contas da empresa municipal nem da Prefeitura. “Melhor não tratarmos desse assunto agora. Uma coisa de cada vez, e a devida dor de cabeça no seu tempo”, comentou um agente público.